

Quando a participação se torna um problema'

A limitada utilidade da participação em projetos de cooperação internacional. Experiências na África Central

STEFAN KÜHL

Aparentemente, a “participação” da população em projetos de desenvolvimento tornou-se uma obrigatoriedade. Tanto faz se em projetos comunitários, projetos financiados por ONGs, projetos de igrejas, projetos financiados pela Comunidade Européia ou pelo Banco Mundial, a participação tem prioridade na programação. Mesmo não existindo um consenso no debate internacional sobre desenvolvimento acerca do que vem a ser exatamente “participação”, via de regra são divulgadas sob este título ações que visam ao envolvimento da população no planejamento, implementação e avaliação de projetos, bem como ações de apoio a organizações comunitárias.

As organizações internacionais de fomento ao desenvolvimento investem amplos recursos no desenho e na adaptação de métodos participativos (veja uma síntese em Pretty et al. 1995; Schönhuth/Kievelitz 1994; Müller-Glode 1992). Estas ações estão baseadas em um consenso que pode ser resumido na frase: “Quanto mais participação da população no projeto, melhor”. De acordo com este princípio, projetos sempre obtêm sucesso quando os atores envolvidos participam dos processos decisórios e os beneficiários contribuem com uma contrapartida ao projeto (Fischer et al. 1978: 116). Os grupos-alvo devem exercer um papel maior no planejamento e na implementação de projetos, pois do contrário os projetos são planejados e executados à margem dos interesses da população (Weiland 1984: 140). Para terem êxito, os projetos devem envolver os beneficiários no maior número possível de etapas de tomada de decisão e execução (Cassen et al. 1994: 51).

Com base na conotação positiva do conceito de participação, os problemas existentes em projetos de fomento à participação são atribuídos ou à implementação de forma apenas parcial do enfoque participativo, ou então às falhas na análise das condicionantes socioeconômicas (veja, por exemplo, Bliss 1998). Este artigo constitui uma tentativa de reverter a percepção sobre projetos de fomento à participação. Mesmo que, certamente, é correta a argumentação de que ocorrem falhas na implementação do enfoque participativo em muitos projetos, este artigo defende a posição de que o enfoque participativo pode agravar os problemas existentes em projetos de cooperação internacional.

Este artigo está baseado em um estudo conduzido na República Centro-Africana sobre projetos de cooperação internacional. São apresentados indícios de que

STEFAN KÜHL

Professor do Instituto de Sociologia da Universidade de Munique/Alemanha.

1. Artigo originalmente publicado na Revista PERIPHERIE (Frankfurt/Alemanha) Nº 72, p. 51 - 70 em 1998. Traduzido e adaptado por Markus Brose com permissão do autor.

especialmente o envolvimento da população no planejamento, execução e avaliação de atividades, o fomento a grupos de base e o apoio a organizações comunitárias no âmbito de projetos da cooperação internacional foram os responsáveis por uma série de problemas². Mesmo que os resultados aqui apresentados estejam fortemente vinculados a projetos de organizações governamentais e para-estatais da República Centro-Africana, certas conclusões podem ser generalizadas para outros contextos da cooperação internacional.

A tese central aqui apresentada é de que certos problemas, em parte conhecidos já há um bom tempo em projetos convencionais, podem se agravar em projetos de orientação participativa. Pela integração de conceitos participativos na forma organizacional clássica do projeto, é a estrutura organizacional do projeto que determina os resultados, e não o enfoque participativo (Parte 1). Projetos têm dificuldade em se comunicar com iniciativas comunitárias informais e movimentos sociais. Dadas as elevadas exigências do processo comunicativo em projetos participativos, os projetos tendem a organizar as iniciativas comunitárias de acordo com uma lógica própria, chegando mesmo a criar "seus" novos atores sociais na comunidade (Parte 2). De modo especial em regiões com uma alta coesão social, corre-se o risco de que o projeto retire parcelas da população do seu ambiente social e, desta forma, as isole de seu meio. Dado o alto grau de controle social tanto no meio urbano como rural nas regiões centrais da África, atividades de combate à pobreza implementadas por projetos são intervenções sem controle no sensível equilíbrio de poder do tecido social (Parte 3). Certas parcelas da população se protegem dos diagnósticos e processos de planejamento dos projetos, dizendo aquilo que os técnicos querem ouvir, ver e ler. Este processo de boicote só é reforçado pelo envolvimento ativo destes atores no projeto (Parte 4). Desta forma, a população desconstrói a ajuda recebida em termos de serviços de assistência, capacitação, apoio, crédito e financiamento que lhes são oferecidos e transforma estes em uma relação de troca. Os beneficiários interpretam a sua participação nas ações de assistência, capacitação e apoio como um serviço prestado ao projeto, que deve ser remunerado pelo projeto através de créditos e financiamentos (Parte 5).

"A POPULAÇÃO PARTICIPA DO PROJETO". PROJETOS PARTICIPATIVOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO

Apesar de ter se estabelecido um amplo debate sobre os prós e contras do projeto como instrumento da cooperação internacional, e de todas as organizações internacionais estarem testando outras formas de intervenção, os projetos continuam sendo a principal ferramenta de operacionalização das políticas de cooperação internacional (veja Cernea 1991: 8; Rondinelli 1993: 6). De modo especial na República Centro-Africana, onde existe um alto risco de desvio dos recursos financeiros alocados no país pelas organizações internacionais seja através de organizações públicas, para-estatais ou não-governamentais, os projetos controlados e gerenciados por organismos internacionais constituem a principal forma de cooperação internacional de combate à pobreza.

Um projeto de cooperação internacional ao desenvolvimento constitui uma iniciativa claramente definida nos seus aspectos técnicos, temporais e econômicos. Trata-se de um conjunto de atividades bem delimitadas em um determinado setor, em certo território ao longo de um prazo específico, visando alcançar certas metas de um objetivo claramente delimitado.

Especialmente em países com alto índice de corrupção e instituições políticas problemáticas, o projeto tem a função de garantir que os recursos da cooperação internacional sejam alocados de forma eficiente e controlável no país. Esta concepção está baseada na idéia de que, através da implementação de um projeto, é

No início de todo projeto está a constatação da existência de um problema

possível atingir um determinado objetivo de forma eficiente, ágil e controlada. O grau de alcance do objetivo deve ser alto (efetividade), deve prevalecer uma relação favorável entre custo e benefício (eficiência), bem como deve ser obtido um impacto econômico, social e cultural relevante (significância) (veja Klemp, 1988: 18).

Apesar da tendência de expansão do enfoque participativo na cooperação internacional, pouco mudou no formato organizacional do instrumento projeto. O enfoque de envolver ativamente a população, bem como o fomento a iniciativas comunitárias não originaram nos países em desenvolvimento a criação de um novo formato organizacional de transformação de objetivos gerais de combate à pobreza em ações concretas além do projeto. Ao contrário, via de regra o enfoque participativo é integrado na lógica organizacional do projeto³.

Por meio desta integração de enfoques participativos no formato organizacional "projeto", a concepção da participação passa a estar submetida a uma lógica organizacional específica. A intervenção no tecido social através de um projeto exige que o sistema social complexo, aberto e dinâmico seja retalhado em vários subsistemas simples, fechados, quase deterministas. Combate à pobreza através de projetos de cooperação internacional demanda na esfera organizacional um modelo simplista da realidade, pois um modelo complexo e dinâmico não possibilitaria a realização de intervenções isoladas através de projetos (veja Musto 1987: 428 e 460).

Esta redução da complexidade tem consequências. Quando se almeja obter um formato organizacional praticamente fechado, delimitado tecnicamente, economicamente e no tempo, torna-se imperativo esclarecer ao início do projeto exatamente qual a situação a ser trabalhada (problema), a quem deve ajudar (beneficiários), quais os resultados a serem alcançados (objetivo), bem como a quantidade de recursos a serem utilizados (orçamento) (veja Lecomte 1984: 24). Projetos necessitam desta definição garantidora acerca da justificativa para as mudanças pretendidas: para quem devem ser obtidos os resultados, o que deve ser alcançado e como implementá-lo. A justificativa, os pressupostos e os instrumentos de gestão se tornam então um artefato relativamente simples e previsível que objetiva modificar uma realidade extremamente complexa, imprevisível e fragmentada (veja Musto 1987: 428). É através destas premissas, que objetivam garantir o êxito do projeto, que surgem contradições fundamentais com a concepção

2. Este artigo se baseia em um estudo conduzido em 1996 pelo escritório de consultoria Centra Consult, da Universidade de Bangui, na República Centro-Africana.

3. As exceções confirmam a regra: Gueneau/Lecomte (1998: 203-226) registraram em seu livro sobre a cooperação internacional nos países ao sul da Saara formas organizacionais alternativas ao projeto de cooperação internacional.

da participação. A definição dos problemas, grupos-alvo, objetivos e recursos cria durante a implementação do projeto um confronto com o enfoque participativo.

No início de todo projeto está a constatação da existência de um problema. Pois sem problema e sem demandas não-atendidas, não haveria justificativa para intervir através de um projeto em uma dada realidade. A dependência de um projeto de uma deficiência, de um problema, da falta de algo, tem como conseqüência a ambientação negativa ao início de todo projeto. A constatação da existência de um "déficit" constitui a base de todo projeto. E esta ambientação negativa nos projetos deve sempre assumir uma forma específica. De um lado, é necessário constatar um problema ou déficit que a população ou os órgãos governamentais do próprio país não conseguem resolver por conta própria. Quando alguém toma a decisão de fortalecer e ajudar determinado grupo social, então ele parte do princípio que o outro é muito fraco para tomar seu destino nas próprias mãos (veja Rahneima 1993: 260). Apesar do discurso oficial dos projetos participativos na República Centro-Africana, que reiteradamente fala da capacidade de ação das pessoas, as iniciativas da população-alvo precisam provar um "subdesenvolvimento" em determinada área, pois, de outro modo, suas demandas não teriam razão de ser (veja também Kohnert/Preuss/Sauer 1996: 12).

Por outro lado, os planejadores do projeto precisam ver o problema de tal modo que permita a argumentação de que a intervenção externa possa contribuir de forma significativa para a solução do problema ou o atendimento da demanda. Quando alguém decide ajudar ao outro, ele parte do princípio de que ele tem a chave para a solução do problema, ou seja, que ele tem as capacidades necessárias para solucionar o problema.

A caracterização inicial negativa compromete desde cedo a relação com a população em muitos projetos. Nem sempre a população tem facilidade para entender a lógica de projetos participativos: os projetos de cooperação internacional existem por razão de um problema específico e a agência internacional detém a chave para uma solução. Por que então perguntam a eles, a população, quais são os seus problemas? Por que eles não ficam satisfeitos quando se conta aos técnicos do projeto logo na primeira reunião os problemas já conhecidos de todos? Por que a população é pressionada a propor soluções para os problemas?

Em um projeto de desenvolvimento rural na República Centro-Africana, um morador de certa localidade explicitou esta incompreensão. Ele disse ao facilitador do projeto que ele não entendia por que o projeto exigia continuamente dele propostas de solução para os problemas. Se o facilitador do projeto vem conversar com ele sobre problemas, então ele também deve saber as soluções. Por que ele não lhe conta as soluções? Um artesão de uma cooperativa comunitária expressou uma dúvida semelhante: o projeto de promoção dos artesãos só existe porque os técnicos acham que podem oferecer soluções para os problemas. Por que então os extensionistas do projeto não compram logo para ele a matéria-prima de que ele precisa para trabalhar?

Quando uma agência internacional definiu um problema, via de regra o próximo passo consiste na definição de um grupo-alvo, ou grupo beneficiário de um projeto. Do ponto de vista da sociologia organizacional não é o grupo-alvo que precisa do projeto, mas um projeto precisa de um grupo-alvo para poder existir. Sendo um empreendimento limitado no tempo, na atuação e nos recursos, um projeto não pode ajudar a toda a população em todas as suas necessidades, e é imperativo definir a quem, como e em quais áreas será ajudado. A definição do grupo-alvo constitui uma forma de redução da complexidade.

Neste sentido, não são os grupos-alvo que definem eles mesmos que serão os beneficiários, mas os planejadores e os técnicos. Por este motivo, a crítica tradicional ao caráter militar e tecnocrata do conceito de "grupo-alvo" não tem razão

Além da definição do problema e do grupo-alvo, o projeto precisa definir claramente um objetivo

de ser (veja Forster 1989). O conceito de grupo-alvo descreve precisamente o processo: o direcionamento de um determinado sistema a um determinado grupo social, no intuito de preparar uma intervenção.

Para possibilitar a redução da complexidade quando da definição de um grupo-alvo, as pessoas são reduzidas a uma categoria específica. Tipologias como: artesãos do setor informal, pobres do meio rural, doentes com AIDS, pequenos agricultores, grávidas, reduzem a pessoa a um determinado aspecto de sua existência. A pessoa se torna um caso que precisa ser solucionado, tratado, apoiado e curado (veja Escobar 1993: 228; Escobar 1995: 110). Todos aqueles que tiverem determinada característica em comum, por exemplo, produzir artesanato, não ter acesso ao crédito, ser portador do vírus HIV, ser mulher, ser pobre, estar grávida ou morar na floresta, devem ter o direito de se tornar beneficiários de um programa específico (veja Sülzer 1995: 25).

Este acordo acerca de um determinado grupo da população, esta redução do ser humano a um aspecto de sua vida pode rapidamente se chocar com o enfoque participativo que procura exatamente valorizar a capacidade de ação e mudança por parte do indivíduo. Através da delimitação de um grupo-alvo, outras realidades, racionalidades e interesses dos atores são deixados de lado de tal modo que a definição do grupo-alvo pode se tornar uma prisão mental e organizacional para o projeto e a população.

Os atores sociais que entram em contato com o projeto têm consciência de que, para serem incluídos na tipologia do grupo-alvo, só podem pôr em evidência uma parte específica de sua identidade. O projeto, por sua vez, se concentra apenas em um aspecto da vida da pessoa e tem dificuldade em reconhecer a pessoa integralmente. Assim, um projeto de apoio aos artesãos na capital da República Centro-Africana reduziu as pessoas à sua condição de artesãos, deixando de lado o fato de que eles, além de produzirem artesanato, simultaneamente também são comerciantes e agricultores, além de terem uma intensa integração entre sua vida profissional e sua vida privada. O resultado foi que o projeto teve uma grande surpresa quando os artesãos utilizaram o crédito que lhes foi concedido não apenas na compra de máquinas, mas também para financiar outras atividades produtivas ou mesmo gastos familiares. Um projeto que restringia seu trabalho de assistência a cooperativas ameaçou uma cooperativa de suspender a assistência quando esta quis se transformar em uma em-

presa. Em vista dessa ameaça, o grupo decidiu por manter a forma jurídica de cooperativa, apesar das desvantagens que isso lhe trazia.

Além da definição do problema e do grupo-alvo, o projeto precisa definir claramente um objetivo. Em contraste com outras formas de interação social, uma das características específicas de um projeto é que ele tem um objetivo previamente definido, por exemplo: profissionalizar artesãos do setor informal; disponibilizar crédito para pessoas sem acesso ao sistema financeiro formal; reduzir o desmatamento em certa área através do fomento a alternativas econômicas, etc. Sem a definição de objetivos, não é possível medir a eficiência, eficácia ou significância de um projeto.

Pela escolha do formato organizacional do projeto, torna-se imperativo definir um objetivo, o que leva a uma estruturação organizacional prévia das possibilidades de participação. Nos projetos, as possibilidades de participação não são conquistadas pelos envolvidos mas são concedidas de cima para baixo (veja Rauch 1998). Pela definição do objetivo do projeto são delimitadas as chances de participação da população. Como resultado, temos o paradoxo organizacional da estruturação de cima para baixo de um processo que deve funcionar de baixo para cima. O grupo-alvo participa da implementação e definição de metas, para objetivos previamente decididos.

Por meio desta definição prévia de problemas, grupos-alvo e objetivos, não há como o projeto não definir também os meios de alcançar um objetivo específico. Trata-se de decidir antes do início do projeto quais os recursos humanos, organizacionais, técnicos e financeiros necessários para o alcance do objetivo do projeto.

Através desta definição detalhada dos recursos humanos, organizacionais, técnicos e financeiros, os projetos sofrem uma pressão contrária à participação. Quando os recursos humanos estão decididos previamente, o projeto se vê forçado a contratar todos os técnicos previstos. Quando os recursos financeiros estão decididos, há a necessidade de liberá-los da forma prevista. Cria-se a obrigatoriedade de gastar os recursos orçados, mesmo que isso não corresponda às necessidades surgidas durante a implementação do projeto. Quando os recursos organizacionais estão decididos, são estabelecidas parcerias que os grupos-alvo dificilmente podem colocar em dúvida posteriormente. Pela definição dos meios de ação, o projeto passa a sofrer da necessidade de justificação quando os recursos liberados não possibilitam o alcance dos objetivos.

Tendo em vista a precoce definição de problemas, grupos-alvo, objetivos e recursos, facilmente podem surgir contradições fundamentais com o enfoque participativo no projeto. A percepção de um problema diz mais acerca daquele que define o problema do que sobre o problema em si. A definição da tipologia de um grupo-alvo diz mais sobre o processo decisório do que sobre o grupo social descrito. A definição de um objetivo diz mais sobre aqueles que decidiram o objetivo, do que sobre aqueles que devem se beneficiar com alcance do objetivo. No conflito entre as diferentes lógicas funcionais de "projeto" e "participação", prevalece a lógica organizacional marcante do projeto.

PROJETOS PARTICIPATIVOS: A NECESSIDADE ORGANIZACIONAL DE CRIAR SEU ENTORNO

As formas mais comuns de auto-organização comunitária na República Centro-Africana normalmente não são percebidas pelos projetos de cooperação internacional, escapando mesmo da percepção de um observador externo: confrarias em certos grupos étnicos, agrupamentos de vendedores informais nas feiras, grupos comunitários informais nos bairros urbanos e localidades rurais, redes de ex-alunos de uma mesma escola, grupos religiosos ou mesmo gangues juvenis na capital.

Estas formas auto-organizacionais raramente são formalizadas e funcionam segundo o princípio dos clãs: existe uma liderança, que não é questionada, à qual os demais obedecem. Este chefe do grupo tem a responsabilidade de cuidar dos interesses dos demais membros do grupo. Mesmo que nestas formas tradicionais de organização das comunidades a responsabilidade pelo papel protetor do chefe tenha se degenerado e muitas vezes a liderança utilize suas prerrogativas apenas para benefício próprio, as estruturas do tipo dos clãs continuam proporcionando um alto índice de coesão social. Quando uma pessoa passa por um problema que é reconhecido como sendo grave pelos demais, muitos dos clãs continuam representando a garantia de uma ajuda rápida e desburocratizada.

O grande problema dos projetos consiste na dificuldade em entrar em contato com estas estruturas organizacionais informais. Parece ser pouco provável a comunicação entre dois sistemas organizacionais tão distintos: quem é o parceiro responsável pelo diálogo com o projeto nos grupos informais? Como o projeto pode cooperar com uma estrutura organizacional deste tipo, se não está claro nem quem pertence a este grupo? Como se comunicar diretamente com os membros do clã sem falar com o chefe? Como o projeto pode confiar em uma decisão, se esta não está escrita e pode ser revogada a qualquer momento pelo chefe? Como conceder um crédito se não é possível saber quem, como e quanto se beneficia dele? O forte controle social e a coesão interna destas estruturas informais originam de modo especial a dificuldade de comunicação com os projetos.

Esta situação representa um sério problema para os projetos de cooperação internacional com um enfoque participativo, que pretendem desenvolver um trabalho de participação popular e apoio à autogestão comunitária. Se os projetos querem a participação das organizações comunitárias, é necessário se comunicar com elas. Para trabalhar com elas é necessário saber quem pertence a elas. Se for o caso de conceder ajuda financeira, é necessário assegurar que os processos de tomada de decisão da organização sejam conhecidos, e que os acordos possam ser fixados formalmente.

Por esta necessidade de ter que se comunicar intensamente com organizações comunitárias e diferentes atores sociais, os projetos participativos têm uma forte tendência de estruturar os grupos e as iniciativas existentes. Com o argumento da baixa capacidade organizacional e a ausência de mecanismos democráticos de tomada de decisão local, legitima-se a intervenção para estruturação des-

Um projeto de desenvolvimento rural fomentou a reorganização de grupos informais de mulheres

tes grupos e redes informais. Em geral, porém, esta estruturação serve mais como adaptação da organização comunitária aos procedimentos do projeto. Esta postura se evidencia nas colocações de facilitadores de diferentes projetos: “Nós temos que reorganizar os grupos” ou “o projeto tem o objetivo de reestruturar a iniciativa comunitária, para que possamos ajudá-los a ajudarem a si mesmos”.

Um projeto de desenvolvimento rural fomentou a reorganização de grupos informais de mulheres. Os grupos de mulheres trabalhadoras rurais tiveram que criar certas funções e estruturas que possibilitassem a cooperação com o projeto. Cada grupo elegeu sua presidente, vice-presidente, tesoureira e secretária-executiva, além de definir um regimento interno. Apenas após o cumprimento destes procedimentos era possível distribuir ferramentas e créditos aos grupos.

É claro que quando uma ONG decidiu estabelecer uma rede de cooperativas de artesanato, já existiam redes informais de artesãos como a união dos ferreiros ou o grupo dos produtores de caixas de metal. Estas instituições, porém, não tinham uma estrutura eleita de coordenação, não mantinham um livro caixa, nem dispunham de regras formalizadas de tomada de decisão ou documentos escritos. O projeto da ONG convenceu os agrupamentos de artesãos que apenas após a eleição de um presidente, secretário-executivo e tesoureiro, a definição de um estatuto e a manutenção de atas eles teriam direito a certos créditos. Como na avaliação desta ONG italiana a existência de um estatuto e um regimento interno, bem como a regularidade no protocolo das atas tinham grande importância, os grupos informais se adequaram às regras do projeto.

Esta demanda expressa pelos projetos para a formalização das organizações acabou sendo introjetada por larga parcela da população. No imaginário popular, a cooperação com “os brancos” exige uma diretoria, um estatuto, um regimento interno, um registro no tabelião e um livro-caixa. Ao ser feito contato com um projeto desencadeia-se uma ampla gama de ações de formalização que se tornou suspeita aos próprios projetos. Estabeleceu-se um mercado informal em Bangui, assim como em outras capitais de países vizinhos, de um ativo intercâmbio de estatutos e regimentos entre diferentes grupos que são utilizados na parceria com “os brancos”.

Mas a formalização de iniciativas e grupos comunitários muitas vezes produz organizações de fachada. Não se entende a razão para as exigências dos projetos e as demandas são atendidas unica-

Nenhum grupo comunitário na República Centro-Africana pode resistir às tentações de um projeto

mente para não complicar as relações com o projeto. Os grupos comunitários, por exemplo, entregam obedientemente as atas exigidas pelas ONGs mas raramente ficam com uma cópia para si.

Estando cumpridas as etapas formais, pode ocorrer facilmente que o grupo perca sua coesão prévia e seja difícil cumprir com suas funções. Com respeito às muitas iniciativas comunitárias de jovens que organizam festas ou realizam mutirões de limpeza no bairro no fim de semana, teme-se que a influência de projetos desvirtue as suas ações e os grupos passem a ser dominados por “pessoas de influência”.

Corre-se o risco de que uma iniciativa comunitária integrada à vida de um bairro mude sua sistemática de trabalho após a cooperação com o projeto. Os técnicos de uma agência internacional resumiram o problema desta forma: se você quer apoiar um grupo através de seu projeto, não se surpreenda se dali a pouco o grupo “lhe pertencer”. Nenhum grupo comunitário na República Centro-Africana pode resistir às tentações de um

projeto. Fica, porém, a dúvida se após o término do projeto o grupo tem condições de continuar funcionando por conta própria.

Uma alternativa à adaptação das organizações comunitárias à lógica dos projetos consiste na criação de grupos comunitários e cooperativas pelos próprios projetos. Ao invés de se apropriar de organizações existentes e desta forma colocar em risco a sua existência, o projeto tenta criar seus próprios interlocutores entre os pobres. Uma grande parte dos grupos comunitários nas regiões rurais da República Centro-Africana tem sua origem em projetos de organizações governamentais e não-governamentais financiados através da cooperação internacional: as cooperativas agrícolas foram criadas pelas empresas estatais de comercialização de café e algodão nas respectivas zonas de produção. Os conselhos de desenvolvimento nas localidades rurais foram criados pelo Departamento de *Développement Communautaire*. A Agência Centro Africana de Desenvolvimento do Ouham Pende foi a responsável pela criação dos grupos comunitários naquela região. A federação dos criadores de gado recebeu apoio massivo da cooperação internacional para organizar os criadores nômades.

Estes grupos criados por agentes externos freqüentemente passam a fazer parte de uma ampla rede de projetos com uma lógica própria, que lhes conferem certa legitimidade e uma razão adicional de existência. Projetos de financiamento de organizações de base preferem direcionar seus recursos e créditos, em especial para aqueles grupos que já foram atendidos anteriormente por um projeto de desenvolvimento rural, um projeto de fomento do setor informal ou um agente voluntário das Nações Unidas. Estes “facilitadores”, por sua vez, possibilitam ao grupo o contato para negociar produtos com outros grupos.

Um técnico de uma agência internacional definiu o dilema dos projetos na sua relação com organizações comunitárias da seguinte forma: ou você compra o interesse de uma organização já existente e assume o risco de que a partir de certo ponto o grupo lhe pertence, ou você cria logo ao início seus próprios grupos comunitários e cooperativas, que lhe pertencem desde o começo do projeto. Em ambos os casos, é responsabilidade do projeto manter os grupos funcionando. Não é de se espantar que esses grupos parem de atuar quando do encerramento do projeto.

ATIVIDADES PARTICIPATIVAS: INTERVENÇÕES EM COMPLEXAS RELAÇÕES DE PODER

Pela estreita vinculação entre enfoques participativos, concepções de combate

à pobreza e o apoio a grupos marginalizados, os projetos afirmam que ajudam prioritariamente os grupos excluídos da sociedade. Os pobres do meio rural ou urbano, os pigmeus na Região Sul da República Centro Africana ou as tribos de criadores de gado no Oeste do país estão entre aqueles que deveriam passar a ter mais poder através dos projetos.

Porém, o problema básico dos projetos participativos é que nem todas as pessoas podem usufruir da mesma forma do seu direito de participação (veja Buse/Nelles 1975; Beckmann 1996: 13). Os poderosos geralmente tentam excluir os grupos marginalizados das chances de participação. Em um programa de proteção ambiental atuante no país, foi dito aos consultores estrangeiros que os pastores nômades não deveriam ser convidados para as reuniões do projeto, pois são eles que destroem a natureza. Os consultores perguntaram então a razão pela qual também não havia mulheres presentes nas reuniões, e a resposta foi: "Nossas irmãs não gostam de falar".

Vários projetos fizeram a experiência de que criar novos espaços de participação pode reforçar as tradicionais estruturas de poder. De modo especial em sistemas sociais com pouca dinâmica própria, a cooperação internacional pode estimular um acúmulo adicional de poder, renda e propriedade (veja Musto 1987: 479). Aqueles que já dispõem de dinheiro, poder decisório e influência têm maior possibilidade de aproveitar os novos espaços de participação em seu benefício.

Via de regra, aqueles que já detêm certo bem-estar são os que se apropriam dos programas de crédito e financiamentos. Um projeto de desenvolvimento estabeleceu em diversas localidades ao redor de Bangui um fundo de crédito rotativo, que foi utilizado basicamente pelas famílias mais influentes. Frequentemente o controle sobre os poços artesanais construídos pelos projetos em localidades rurais está na mão dos chefes mais influentes. Quando são disponibilizadas chances de participação sem que sejam impostos controles externos, acaba prevalecendo a Lei de Mateus: "Será dado a quem tem".

Os projetos de cooperação internacional tentam contrabalançar a tendência de que a oferta de oportunidades de participação seja utilizada majoritariamente pelos grupos mais influentes da sociedade. As tradicionais relações de poder devem ser detectadas e rompidas pelo projeto. Através de reuniões específicas com os grupos marginalizados e a articulação dos seus interesses, procura-se articular a sua ação conjunta.

Porém, esta forma de intervenção nas relações de poder existentes é altamente arriscada. O rompimento das relações de poder através da ação externa depende da existência de uma multiplicidade de conflitos na sociedade. Mas exatamente isto é raro nas vilas e bairros da República Centro-Africana. Em situações de conflito, que tradicionalmente foram reguladas por uma clara hierarquia de poder, a criação externa de espaços de participação pode significar a ruptura e a explosão conflituosa (veja Luhmann 1975: 325; Beckmann 1996), cujas vítimas são via de regra os membros mais fracos da sociedade.

Um consultor de uma agência internacional em Bangui citou a classe escolar como exemplo deste problema fundamental. O aluno mais forte de uma classe não vai assistir passivamente por muito tempo que um professor dê altas notas e elogios em público a um aluno considerado fraco. É possível imaginar o que acontece quando o professor sai da sala. Do mesmo modo, como projetos não fazem parte do sistema social de uma vila suas intervenções nas relações de poder não são controláveis.

Este problema básico de projetos com enfoque participativo é agravado pelo fato de que os projetos intervem – pelo menos do ponto de vista ocidental – em um sistema bloqueado. Na República Centro Africana, uma pessoa só pode ser definida como fruto de suas relações. Por causa de suas fortes vinculações na família, clã e localidade, é muito difícil para a pessoa se comportar de forma

Um projeto anônimo de alguma agência internacional é transformado então pela população no "seu projeto"

individualizada, isto é, independente do seu entorno. Existe uma pressão social do meio para o "não-sucesso individual". A comunidade não tolera o crescimento individual. Alterações mínimas na renda ou influência são observadas com desconfiança pelos vizinhos. A inveja é onipresente. Alguns entrevistados a classificam como uma grandeza antropológica constante. Pela inveja amplamente disseminada, a motivação individual atinge rapidamente as limitações impostas coletivamente (veja Weiland 1984: 135).

Os projetos de cooperação internacional, que objetivam auxiliar os grupos mais pobres e marginalizados, constituem uma ameaça de isolar o indivíduo através de suas ações, literalmente tirando a pessoa das suas redes de relações. Quase todo projeto pode apresentar diversos exemplos para as conseqüências trágicas deste tipo de atividade. Um grupo de pessoas conseguiu reformar suas casas com a ajuda de um projeto de desenvolvimento rural. Como os telhados de suas casas agora são de chapas de metal, os moradores estão sujeitos à agressiva inveja dos vizinhos. Os beneficiários do projeto só conseguiram sair icólumes desta situação alegando que suas casas agora pertenciam aos "brancos".

O isolamento social de pessoas que tentam melhorar sua vida individualmente com as ações de um projeto constitui uma reação de proteção de um sistema social que se sente ameaçado. Pela eliminação dos elementos perturbadores da ordem mantém-se a tradicional capacidade de auto-reprodução do sistema social. Contrariando as expectativas do sistema interventor, de que os impulsos inovadores sejam absorvidos e propaguem mudanças, os elementos que absorvem o impulso são eliminados do sistema. A eliminação de impulsos perturbadores é apenas a reação mais radical de um sistema social. Geralmente, é mais vantajoso para o sistema absorver o impulso externo, possibilitar uma pequena adaptação e posteriormente modificá-lo.

A "ADAPTAÇÃO" DA POPULAÇÃO AOS PROJETOS

Apesar de atualmente os projetos participativos só concederem financiamentos com base em critérios rigorosos, a população em geral parte da premissa de que os projetos existem para distribuir dinheiro. No mínimo, que facilitem o acesso ao dinheiro. Diversos técnicos relatam que quando da apresentação de projetos nas comunidades as pessoas imediatamente perguntavam pelos recursos. "Comer o dinheiro dos brancos" é um dito popular na República Centro-

Africana, e freqüentemente é a primeira frase no contato com um projeto.

Como os recursos disponibilizados através da cooperação internacional são limitados, acontece uma luta pela distribuição do que está disponível. Trata-se da apropriação pela população de um projeto inicialmente amorfo. Um projeto anônimo de alguma agência internacional é transformado então pela população no "seu projeto". Diferentes pessoas concorrem entre si pelos recursos disponibilizados através do projeto. Elas tentam acessar os recursos como funcionário do projeto, como gestor público ou como beneficiário do mesmo. Em alguns casos, existem pessoas que conseguem acessar recursos de um projeto através dos três papéis simultaneamente.

O interesse da população raramente segue os abstratos objetivos definidos nos planos, pois se orienta pelos recursos existentes. Os objetivos do projeto – o desenvolvimento do setor informal, a melhoria da proteção ambiental, ou a melhoria da infra-estrutura – são apoiados verbalmente, mas o principal interesse está nos recursos que o projeto disponibiliza.

Os habitantes da República Centro-Africana, como em outras regiões da África, perceberam com o tempo que existem vantagens a curto prazo em se sentir subdesenvolvido. Sem maiores dificuldades, os moradores mesmo das regiões mais remotas do país estão em condições de diagnosticar os problemas que, segundo sua opinião, o projeto quer listar e que não podem ser resolvidos por conta própria. Na República Centro-Africana surgiu o paradoxo de que cada vez mais os consultores externos enfatizam a capacidade da população em resolver autonomamente seus próprios problemas, enquanto grupos em número crescente dizem que necessitam de ajuda.

Enquanto os consultores externos se distanciam cada vez mais da idéia do "subdesenvolvimento", os parceiros locais enfatizam que frente ao seu subdesenvolvimento eles precisam da orientação pelos brancos. Enquanto um projeto de apoio à capacidade de autogestão, por exemplo, enfatiza a capacidade mobilizadora de uma comunidade, o presidente da associação local criada por causa do projeto repete, de peito aberto e com muito orgulho, que a associação precisa da "mamadeira" do projeto.

Ao longo do tempo, amplas camadas da população desenvolveram estratégias profissionalizadas de adaptação às estratégias participativas dos projetos. Mesmo nas mais remotas zonas rurais, os moradores aprenderam a recitar prontamente a "lista de compras" de iniciativas comunitárias financiáveis pelos projetos: da casa de farinha à bodega comunitária, passando pela farmácia popular, a escola, o poço e o posto de saúde. Artesãos relatam com convicção como eles precisam do projeto por causa da capacitação e assistência técnica, mas deixam transparecer após algum tempo que eles estão à procura de crédito e financiamentos.

Todos os artifícios são experimentados para satisfazer os critérios do projeto e ter acesso aos recursos. Sem grandes problemas, os artesãos se apresentam como sendo uma cooperativa. Quando a rádio divulga que um projeto do Governo Francês está disponibilizando crédito para empreendimentos de artesanato, algumas cooperativas são rapidamente transformadas em empresas para acessar a nova fonte de recursos. Uma pessoa vai a uma ONG canadense solicitar apoio, e ao ficar sabendo que só existem recursos para cooperativas ela já tem pronto no bolso um projeto para uma cooperativa. Quando corre o boato que um programa do Banco Mundial não financia táxis, muitos dos potenciais tomadores modificam seu projeto original de aquisição de um táxi para outra proposta. A capacidade de adaptação se tornou tão disseminada que até mesmo um assessor da Presidência da República, milionário na moeda local, acessou uma linha de crédito do Banco de Desenvolvimento francês orientada para financiar organizações comunitárias.

Os projetos enfrentam com esta tendência três problemas básicos: em primeiro lugar, a sua definição de grupos-alvo arduamente construída é constantemente

Quanto mais intensivo o diálogo do projeto sobre a concepção e os objetivos, mais intensamente a população assimila esta linguagem

esquecida na prática. Citando sua cidade natal no campo, um morador da cidade se diz agricultor. Um ministro criou sua própria cooperativa e um chefe de aldeia seu próprio grupo de mulheres. Neste meio tempo, alguns técnicos do Ministério de Planejamento têm seus próprios conselhos locais de desenvolvimento nos seus municípios de origem. Dependendo do projeto, um comerciante muda sua identidade profissional, passando de arteção para agricultor ou pescador.

Em segundo lugar, os projetos correm o risco de caírem em uma armadilha de lealdade. Eles são obrigados a levantar os problemas e as demandas citadas pela população, pois, de outro modo, não haveria razão de ser para o projeto. Porém, a população apenas reflete aquilo que ela acha que o projeto quer ouvir.

Em terceiro lugar, pela difusão do jargão utilizado nos projetos vai ficando cada vez mais difícil ocorrer uma comunicação acerca dos problemas reais.

Quanto mais participativos os projetos, mais relevante fica o desrespeito às regras quanto aos beneficiários, a armadilha de lealdade e a disseminação do jargão dos projetos concebidos pelos europeus. Quanto mais a população estiver integrada ao projeto, mais fácil vai se tornando para ela assumir determinados papéis. Quanto mais a população for perguntada acerca dos seus problemas, mais intensivamente ela tenta adivinhar o que o projeto quer lhes oferecer. Quanto mais intensivo o diálogo do projeto sobre a concepção e os objetivos, mais intensamente a população assimila esta linguagem.

PROJETOS: EM VEZ DE AJUDA UNILATERAL, UMA TROCA DE SERVIÇOS

Como qualquer outra estrutura organizacional, um projeto de cooperação internacional constitui um espaço de articulação de diferentes atores sociais que representam interesses bastante diversos. Normalmente, a vida de um projeto não é harmônica, consensual e normativa, mas, ao contrário, é dominada por uma seqüência de conflitos (veja Bierschenk 1988). Esta característica conflituosa dos projetos tem sua origem no fato de que os atores raramente seguem a lógica dos objetivos inicialmente propostos, mas se orientam segundo "relações internas e externas de solidariedade mútua, clientelismo e paternalismo, ou então seguindo interesses de grupos religiosos, profissionais ou de classe." (Kohnert; Preuss; Sauer 1996: 8).

Normalmente, a redução do grau de regulação de uma organização pela am-

pliação da participação pode ser compensada por uma expansão da capacidade de autogestão. Pelo fato de haver um entendimento mútuo acerca dos objetivos, interesses e procedimentos internos, a organização ganha em capacidade de autogestão. É exatamente este mecanismo que falha em projetos de cooperação internacional. O enfoque participativo possibilita que ocorram conflitos abertos pelo poder no projeto, mas não ocorre um debate sobre os verdadeiros interesses de cada ator por causa do grau de abstração dos objetivos propostos. Em projetos de cooperação internacional, a lógica de organização do projeto "esmaga" na prática a articulação dos verdadeiros interesses entre os atores: um ministro não pode dizer que, na verdade, a sua prioridade é obter recursos e serviços para o seu ministério que sofre com os cortes orçamentários, e que por esta razão ele prefere que a administração financeira do projeto esteja a cargo de seu ministério. O chefe de uma aldeia não pode dizer que, na verdade, o que lhe interessa é direcionar os recursos segundo seus próprios interesses. O consultor europeu não pode dizer que, na verdade, ele está interessado em passar um temporada de vida confortável na África pois ele não encontra mais emprego na Europa. Dada a impossibilidade do conflito aberto sobre os verdadeiros interesses de cada ator, projetos participativos constituem empreendimentos de alto risco.

Um projeto cria uma situação na qual um ator local quer jogar dama e o outro quer jogar truco, mas ambos se vêem obrigados a dizer que estão jogando xadrez⁴. Os atores locais precisam se submeter à lógica determinada pelo patrocinador do projeto, mas tentam assim mesmo, sempre que possível, aproveitar um momento de desatenção para introduzir um lance de dama ou de truco no projeto. O problema básico reside no fato de que os atores não podem nem dialogar abertamente sobre seu desejo de jogar jogos diferentes, pois neste caso o patrocinador os elimina imediatamente da partida.

Tendo como pano de fundo esta situação pouco regulamentada, o grupo-alvo inverte a lógica oficial do projeto. Do ponto de vista da cooperação internacional, os projetos constituem uma ampla oferta unilateral de produtos e serviços colocada à disposição do grupo-alvo. A população, por sua vez, desconfia desta retórica da ajuda desinteressada dos projetos de cooperação. Reiteradamente são apresentadas dúvidas sobre o fato de um projeto de desenvolvimento rural, de apoio ao setor informal ou de promoção agrícola ajudar de forma unilateral: Por que

um projeto ajudaria sem exigir nada em troca? Quem é que dá algo sem ter interesses por trás?

Em vez de de partilhar desta visão aparentemente irracional de ajuda unilateral, a população inverte suas relações com o projeto e as transforma em relações de troca. Constantemente, os beneficiários de um projeto repetem que ele lhes traz vantagens, mas que os funcionários do projeto também se beneficiam deste. Sem eles, os "beneficiários" oficiais do projeto, o projeto nem existiria e toda a equipe técnica estaria desempregada. Segundo a convicção de um artesão entrevistado, em última instância eles, os "beneficiários", são os empregadores dos técnicos.

Esta posição contrária à lógica oficial dos projetos está relacionada também com a forma específica de "relação de mercado" existente entre projetos e a população. Via de regra, não foi a população que solicitou para que o projeto de uma agência internacional se instalasse em seu território. Ao contrário, normalmente é a própria agência que após um diagnóstico demonstrou interesse em trabalhar com a população. O detalhado diagnóstico feito por uma ONG junto aos artesãos sobre o seu trabalho, os problemas e possíveis soluções via cooperativismo criou neles a expectativa de que os funcionários da ONG tinham grande interesse em ajudá-los. A presença de uma missão de avaliação que preparava um projeto de desenvolvimento rural na Região Oeste da República Centro-Africana estimulou entre os moradores da região a certeza de que era, antes de tudo, a agência de cooperação que queria um projeto.

Do ponto de vista da população, ela troca sua participação nas atividades do projeto, tais como capacitação, assistência e ações de autogestão, pelos serviços do projeto, tais como crédito, financiamento e apoio na comercialização. As capacitações, assistência e ações de autogestão não são entendidas como sendo uma oferta do projeto, mas como sendo uma demanda deste que precisa ser atendida pela população. Neste contexto, a participação nestas atividades se transforma em um serviço prestado pela população, que precisa ser remunerado pelos projetos (Veja Ndione 1992: 33).

O grupo-alvo exige reiteradamente do projeto esta postura de troca. Em um projeto que assessorava organizações comunitárias, foi proposta a criação de uma federação destas iniciativas. A primeira diretoria eleita da nova federação montou um orçamento no qual existia uma rubrica de recursos a serem pagos pelo projeto para remunerar os diretores pelo tempo gasto participando nas reuniões da federação. Segundo o argumento do presidente, afinal de contas a sua presença nas reuniões da federação constitui um serviço prestado ao projeto que deveria ser remunerado. O chefe de uma aldeia explicou a um projeto de proteção ambiental que ele já tinha ajudado muito o projeto na organização de reuniões sobre corte da mata em sua aldeia, agora tinha chegado a hora do projeto remunerar sua colaboração.

A ampliação do uso do enfoque participativo é entendida pela população como um fortalecimento da demanda pelos serviços prestados aos projetos. As muitas reuniões dos projetos, o grande volume de dados solicitados, a capacitação, a proposta de se criar uma organização comunitária, tudo isto é percebido pela população como uma dívida que o projeto vai criando com relação aos moradores. Do ponto de vista da população, o projeto cria um saldo em haver que a população tem direito de receber a longo prazo (veja Ndione 1992).

De modo especial em projetos participativos, no qual se exige o ativo envolvimento da população e onde há poucos recursos disponíveis, esta relação de trocas gera fortes reações. Quanto mais participação o projeto exige, mais o grupo-alvo exige compensações. A população registra com preocupação os muitos adiantamentos que ela faz ao projeto em forma de reuniões, organização de iniciativas e participação na assis-

Quando um projeto demora muito tempo para quitar suas dívidas junto à população, pode surgir a sensação de que eles estejam sendo enganados

4. Esta metáfora está baseada em um estudo apresentado por Georg Elwert, da Universidade de Berlim.

tência técnica. Vai crescendo a dúvida se o projeto irá recompensar os serviços prestados. O coordenador de um conselho local de desenvolvimento reclamou que já faziam dois anos que a comunidade participava do projeto e ainda não havia recebido vantagens materiais. Ele expressou suas dúvidas se o projeto iria pagar-lhes alguma coisa.

Quando um projeto demora muito tempo para quitar suas dívidas junto à população, pode surgir a sensação de que eles estejam sendo enganados. O contraste entre o conforto material no qual vivem os consultores europeus e a ausência de pagamentos pelo projeto à população rapidamente levanta suspeitas sobre beneficiamento individual. Assim, um grupo de curandeiras tradicionais que vinham recebendo uma capacitação em relação à AIDS encaminhou um abaixo-assinado ao Ministério da Saúde. Elas reclamaram que vinham participando há mais de um ano de um projeto de capacitação muito rico, e que ainda não tinham sido pagas por criarem sua própria associação. A única explicação plausível para elas era que os técnicos do projeto estavam sumindo com o dinheiro do projeto.

O fato comentado com desprezo pelos coordenadores de projetos internacionais de que a população coloca os projetos uns contra os outros é visto pelos beneficiários como atividade completamente normal, quase uma concorrência no mercado. É claro que a população coloca seus serviços de participação em capacitação, assistência e organização comunitária à disposição do projeto que pagar mais. Sair de um projeto de poucos recursos de uma ONG de apoio ao setor dos artesãos para um projeto rico do Banco de Desenvolvimento francês é um fato normal, pois o banco paga bem mais.

Apesar da maioria dos coordenadores do projeto não aceitar oficialmente a relação de troca construída pela população, eles se comportam seguindo a mesma lógica. O hábito amplamente disseminado de pagar às pessoas pela sua participação em reuniões e capacitações do projeto constitui o reconhecimento de fato desta relação de troca.

A construção de relações de troca entre o projeto e o grupo-alvo fornece indícios acerca do motivo pelo qual os projetos na República Centro Africana, via de regra, não conseguem produzir processos dinâmicos de mudança e acabam não tendo um efeito catalisador. Cada novo coordenador de projeto acaba aprendendo que as atividades do projeto não têm efeito multiplicador ou de expansão, e que as organizações comunitárias que foram criadas raramente apresentam sustentabilidade. A maioria das ações desa-

Em vez de dar início a mudanças autosustentadas com dinâmica própria, os projetos não passam de fogos de palha que duram de 3 a 6 anos

parece após o término do projeto. Em vez de dar início a mudanças autosustentadas com dinâmica própria, os projetos não passam de fogos de palha que duram de 3 a 6 anos. Isso se torna compreensível com base no contexto descrito acima.

Como na República Centro-Africana a maioria dos projetos são colocados pela população em uma relação quase de troca de mercado, os projetos via de regra não conseguem mobilizar recursos que não sejam os seus próprios. Constitui uma regra do mercado que a troca entre duas partes cessa imediatamente quando uma das partes pára de pagar por certos serviços. Do ponto de vista da população é isto o que ocorre quando um projeto encerra suas atividades. Com o fim do projeto encerram-se também as relações comerciais.

CONCLUSÕES

As experiências feitas na República Centro-Africana indicam que os enfoques participativos são pouco adequados para transformar o instrumento do "projeto de cooperação internacional" em uma ferramenta eficaz de desenvolvimento. Segundo as observações feitas, o enfoque participativo pode potencializar os problemas da intervenção no tecido social através de projetos de cooperação internacional.

Apesar dos problemas aqui descritos, existem poucas iniciativas no debate internacional para modificar a forma tradicional dos projetos. Parece perdurar a esperança de solucionar-se os problemas estruturais de projetos através do enfoque participativo. A discussão sobre participação na cooperação internacional parece ter fortalecido ainda mais o instrumento do projeto, em vez de propiciar o desenvolvimento de formas alternativas de cooperação internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKMANN, Gabriele (1996). *Partizipation in der Entwicklungszusammenarbeit. Mode, Methode oder politische Vision?* Berlin: Diplomarbeit FU Berlin.
- BERG, Elliot (1993). *Rethinking Technical Cooperation. Reforms for Capacity Building in Africa*. New York: UNDP.
- BIERSCHENK, Thomas (1988). *Entwicklungshilfeprojekte als Verhandlungsfelder strategischer Gruppen oder: Wieviele Tierhaltungprojekte gibt es eigentlich in Atakora (Benin)?* Berlin: Sozialanthropologische Arbeitspapiere Nr. 8.
- BIERSCHENK, Thomas; ELWERT, Georg; KOHNERT, Dirk (1993) "Entwicklungshilfe und ihre Folgen" in: BIERSCHENK, T.; ELWERT, G. (Hrsg) *Entwicklungshilfe und ihre Folgen. Ergebnisse empirischer Untersuchungen in Afrika*. Frankfurt: Campus, S. 7 – 29.
- BLISS, Frank (1998) *Theorie und Praxis partizipativer Projektplanung. Über gute Konzepte und die Schwierigkeiten, sie umzusetzen*. In: E+Z H. 5/6/1998, S. 141-144.
- BUSE, Michael; NELLES, Wilfried (1975) "Formen und Bedingungen der Partizipation im politisch/administrativen Bereich." In ALEMANN, U. (Hrsg.) *Partizipation – Demokratisierung – Mitbestimmung*. Opladen: WDV.
- CASSEN, Robert et al (1994): *Does Aid Work? Report to an Intergovernmental Task Force*. Oxford: Clarendon Press.
- CERNEA, M. (1991) *Using Knowledge from Social Science in Development Projects*. World Bank Discussion Paper Nº 114, Washington.

- ESCOBAR, Arturo (1993) "Planung" In: SACHS, Wolfgang (Hrsg.) *Wie im Westen so auf Erden. Ein polemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbeck: Rowohlt, S. 274-297.
- ESCOBAR, Arturo (1995) *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.
- FISCHER, K. et al. (1978): *Ländliche Entwicklung. Ein Leitfaden zur Konzeption, Planung und Durchführung armutsorientierter Entwicklungsprojekte*. Hamburg.
- FORSTER, Reiner (1989) *Die "Zielgruppe" im Entwicklungsdiskurs. Zur Problematik lokaler Beteiligung in staatlichen Projekten ländlicher Entwicklung*. Bielefeld: Universität Bielefeld.
- GUENEAU, Marie; LECOMTE, Bernhard (1998) *Sahel: Les paysans dans les marigots de l'aide*. Paris: L'Harmattan.
- KLEMP, Ludgera (1988) *Entwicklungshilfekritik. Analyse und Dokumentation*. Bonn: DIE.
- KOHNERT, Dirk; PREUSS, Hans-Joachim; SAUER, Peter (1992) "Zielorientierte Projektplanung in der Entwicklungszusammenarbeit" In: Kohnert, D. PREUSS, H-J. SAUER, P. (Hrsg.) *Perspektiven Zielorientierter Projektplanung in der Entwicklungszusammenarbeit*. München: Weltforum, S. 3 – 16.
- LECOMTE, Bernard. (1984) *Project Aid. Limitations and Alternatives*. Paris: OECD.
- LUHMANN, Niklas (1975) "Legitimation durch Verfahren" In: NARR, Wolfgang; OFFE, Claus (Hrsg.) *Wohlfahrtsstaat und Massenloyalität*. Köln: Kiepenheuer + Witsch, S. 323 - 334.
- MUSTO, Stefan (1987) "Die hilflose Hilfe: Ansätze zu einer Kritik der manipulativen Vernunft" In: SCHWEFEL, D. (Hrsg.) *Soziale Wirkungen von Projekten in der Dritten Welt*. Baden-Baden: Nomos Verlag, S. 419 – 503.
- MÜLLER-GLODDE, Ulrike (1992) *Là où il ny a pas de participation...* Eschborn: GTZ.
- NDIONE, Emmanuel (1992) *Le don et le recours. Ressorts de l'économie urbaine*. Dakar: Enda Editions.
- PRETTY, Jules et al. (1995) *Participatory Learning and Action. A Trainers Guide*. London: IIED.
- RAHNEMA, Majid (1993) "Partizipation" In: SACHS, Wolfgang (Hrsg.) *Wie im Westen so auf Erden. Ein polemisches Handbuch zur Entwicklungspolitik*. Reinbek: Rowohlt, S. 248 – 273.
- RAKELMANN, Georgia (1991) "Expertenkultur" In: DIRMOSER, Ditmar; GRONEMEYER, Reimer; RAKELMANN, Georgia (Hrsg.) *Mythos Entwicklungshilfe. Entwicklungsruinen: Analysen und Dossiers zu einem Irrweg*. Giessen: Fokus, S. 157 – 174.
- RAUCH, Theo (1998) "Nun partizipiert mal schön. Modediskurse in den Niederungen entwicklungspolitischer Praxis" In: *iz3w*, H. 1/1998, S. 8 – 10.
- RONDINELLI, Dennis (1993) *Development Projects as Policy Experiments. An Adaptive Approach to Development Administration*. London: Routledge.
- SCHÖNHUTH, Michael; KIEVELITZ, Uwe (1994) *Les méthodes participatives de recherche et de planification dans la coopération au développement*. Eschborn: GTZ.
- SÜLZER, Rolf (1995) *Nachhaltigkeit und Instrumente der Wirksamkeitskontrolle in der deutschen Entwicklungszusammenarbeit*. Berlin: DED.
- WEILAND, Heribert (1984) "Unvorhergesehene Folgekosten durch Vernachlässigung soziokultureller Gegebenheiten" In: KOCH, Walter (Hg.) *Folgekosten von Entwicklungsprojekten – Probleme und Konsequenzen für eine effizientere Entwicklungspolitik*. Berlin: Duncker, S. 129 – 150.

PARTICIPE

Ano 2, Nº 3 e Novembro de 2002

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO - PARTICIPE BRASILEIRAN ASSOCIATION FOR PUBLIC PARTICIPATION

